

# 9

## A Universidade e a sua função como instituição social

---

**Aurélio Rocha**

Uma universidade, seja pública ou privada, exerce uma função social, cultural e científica relevante. Como instituição social, a universidade é vista como a expressão determinada da estrutura e do modo de funcionamento da sociedade como um todo. Habitua-mo-nos a ver a universidade como uma instituição caracterizada pela presença de opiniões, atitudes e projectos divergentes, e muitas vezes em conflito, exprimindo, obviamente, as divisões e contradições da sociedade. Mas, exactamente por ser uma ‘instituição social’ diferenciada e definida pela sua autonomia intelectual, a universidade pode (deve) relacionar-se com a sociedade e com o Estado de maneira independente, até mesmo em conflito.

É, aliás, essa relação expressiva entre universidade e sociedade que explica que, desde o seu surgimento, seja considerada uma ‘instituição social’, isto é, uma instituição onde a *praxis* social assenta no reconhecimento público da sua legitimidade e das suas atribuições. É esse atributo, verdadeiro princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais. A universidade está, por assim dizer, estruturada por regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade a si inerentes. É por isso que a contradição entre igualdade e justiça social e a realidade social, caracterizada por desigualdades (sociais e políticas), leva muitas vezes a universidade a tomar posições nem sempre convergentes com os poderes constituídos. Essas posições são o reflexo da conflitualidade existente no interior da instituição universitária.

Os últimos anos têm sido caracterizados por profundas mudanças que têm levado a que a instituição universidade se vá tornando num serviço social não exclusivo do Estado, como acontece com a educação em geral. Com estas mudanças (ou reformas, como se lhes queira chamar), a universidade corre o

risco de se transformar numa qualquer ‘organização’ prestadora de serviços (que, obviamente também têm função social), correndo o risco de deixar de cumprir a sua função como ‘instituição social’, que, naturalmente, aspira à universalidade. A educação, e nomeadamente a educação universitária, deixou de ser concebida como um direito e como um serviço público, passando a ser um serviço e, mais do que isso, um serviço susceptível de ser privatizado e, como tal, alienado. Não é que se esteja contra a privatização da instituição universitária; o que se contesta é que nela se sobreponha a lógica mercantilista típica das organizações empresariais à lógica científico-pedagógica da formação do ser social, a verdadeira vocação da ‘universidade instituição social’. Na realidade, com isto acaba por ser o próprio Estado a definir a universidade como ‘organização social’ e não já como ‘instituição social’.

Esta tendência, acentuada nos últimos anos, de transformação da ‘universidade instituição social’ numa ‘organização social’ prestadora de serviços, exige, para uma melhor compreensão deste fenómeno, uma clarificação do significado e do alcance epistemológico dos conceitos em questão. Enquanto uma ‘organização social’ se regula por uma prática social determinada de acordo com princípios de eficácia, gestão, planificação, previsão, controle e êxito, a instituição tem a sociedade como ‘sua referência normativa e valorativa’, ou seja, ela assume-se inserida no contexto da divisão social. Para a organização empresarial, a sua eficácia e o seu sucesso dependem totalmente da sua particularidade, sendo ela própria sua referência, obviamente inserida num processo de competição com outras organizações que têm os mesmos objectivos particulares. Já a ‘instituição social’ procura e afirma a sua universalidade, cumprindo, desse modo, o objectivo primordial de responder às contradições impostas pelo contexto da conflitualidade social da sociedade. Para a ‘organização social’ empresa, trata-se simplesmente de alcançar o objectivo particular que a define, o lucro, não lhe competindo questionar essa existência ou a sua função e o seu lugar na sociedade. Para a ‘instituição social universidade’, pelo contrário, o seu objectivo primordial é cumprir ou exercer a sua função social e cultural.<sup>1</sup>

Nos últimos vinte anos, ou talvez desde o último quartel do século XX, um pouco por toda a parte, mas sobretudo nos Estados Unidos da América e em alguns países europeus e asiáticos, começou a dominar uma certa visão organizacional que criou o conceito de ‘universidade operacional’. Este tipo de instituição universitária, muito ligada a grandes empresas e/ou grupos financeiros, rege-se, na generalidade, por contratos de gestão. A avaliação é feita por índices de produtividade e estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional. Este tipo de instituição, verdadeira organização empresarial, é normalmente caracterizado por programas de especialidade muito direccionada, redução do tempo de duração dos ciclos, sendo a avaliação quase só determinada pelo número de publicações, de colóquios e de congressos. Não é que isto seja

errado, mas o que é notório é o quase total alheamento das questões como o conhecimento e, sobretudo, a formação intelectual, limitando-se o ensino à transmissão rápida de conhecimentos. Além disso, a contratação de docentes faz-se por aliciamento a contratos ‘flexíveis’, sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos da sua área disciplinar e as relações entre ela e outras afins. Aqui, a docência é entendida como habilitação acelerada de ‘graduados’ (?) para entrarem rapidamente no mercado de trabalho, o que mostra claramente que o ensino deixou de respeitar aquilo que é a sua marca fundamental, a formação.

Na mesma linha e padrão organizacional, a investigação, nestas ‘organizações’, não remete para o conhecimento de algo concreto, mas para a posse de instrumentos que visam intervir (estratégia de intervenção) e controlar meios e instrumentos para se chegar a um objectivo delimitado. Neste conceito de ‘universidade operacional’, a ciência deixou de ser investigação teórica com aplicações práticas para se tornar em mais um componente do poder financeiro. A submissão da investigação às exigências do poder financeiro, e a determinação por este das formas de financiamento, levaram à transformação da ‘universidade instituição social’ numa ‘organização social’, entidade ‘operacional’. Neste figurino, a instituição universitária deixou de ser o espaço de realização da actividade cognitiva, onde falta o tempo para a reflexão, a crítica e a verdadeira avaliação dos conhecimentos (Chauí 2003:7).

Sinais inquietantes como estes começam a tomar corpo entre nós, levando sectores significativos da comunidade universitária a questionar a irrelevância cada vez maior com que se olha a instituição universidade, sobretudo a universidade pública. Estes sinais são visíveis não apenas na redução progressiva dos apoios do Estado como, principalmente, na ‘massificação’ do ensino e consequente deterioração da formação, constituindo um elemento perturbador da ordem económica, traduzida na desmoralização crescente do trabalho universitário e no abandono dos seus agentes mais qualificados. Para alguns sectores, com aquilo a que se chama ‘reforma curricular’ em curso, corre-se o risco de não se ir ao fundo das mudanças que é necessário fazer no modelo universitário que marcou o quotidiano da nossa universidade nos últimos vinte anos. É esta também a opinião de prestigiados académicos moçambicanos, que vêm chamando a atenção para a confusão que se estabeleceu entre ‘democratização’ e ‘massificação’. A democratização do ensino na universidade é um princípio fundamental e uma exigência da sociedade dos nossos tempos, de tolerância e de liberdade. A massificação contribui geralmente para a degradação do ensino e das infra-estruturas que lhe dão suporte (Mosca 2008; Chauí 2003; Matos 2008, 2009).

Uma das características marcantes da sociedade contemporânea, de fragmentação e globalização da produção económica, é a absorção do espaço (indiferenciação) e do tempo (reduzido ao presente, ao imediato). Essa

compressão não afecta apenas o tecido económico, produzindo efeitos também nas universidades que se traduzem hoje na tendência para a diminuição do tempo para o ensino e do tempo para a investigação e realização do trabalho científico na universidade. No plano da docência, as disciplinas deixam de transmitir aos estudantes o essencial para a sua formação: as suas próprias histórias, a formação cultural, o conhecimento dos clássicos, as questões que deram nascimento às disciplinas/ciências e as transformações que foram ocorrendo. Por outras palavras, a absorção do espaço-tempo está a conduzir ao abandono do vector fundamental do trabalho universitário, que é, inquestionavelmente, a formação. A demissão daquilo que é fundamental à formação universitária, traduzida na redução do espaço e do tempo dessa mesma formação, está a conduzir a instituição universitária para a insegurança do presente e para a incerteza do futuro. A seguir-se este rumo, dificilmente se poderá gerar conhecimento e acção inovadora, antes conduzindo à paralisia, à recusa da crítica, à insegurança e à incerteza, correndo-se o risco de hipotecar o futuro do ensino universitário (Chauí 2003:11).

Uma outra ideia que, no domínio da educação, marca a actualidade do discurso neo-liberal é a da ‘educação permanente’ ou ‘contínua’. É comum ouvir afirmar-se que, num mundo globalizado e em transformação constante, a ‘educação permanente’ é uma estratégia pedagógica indispensável, pois somente com ela é possível a adaptação às mudanças incessantes, se alguém se quiser manter activo no mercado de trabalho. Este conceito de ‘educação permanente’ assim definido assenta, a meu ver erradamente, na ideia de que a educação não se confunde com os anos de estudo na escola; isto é, a educação já não é mais vista como ‘preparação para a vida’ para se tornar ‘educação durante toda a vida’.

Creio, sinceramente, que essa ideia deve ser crítica e reflectidamente ponderada, pois dificilmente se pode chamar a isso de ‘educação permanente’. Estabelecer esta confusão entre conceitos tão diferentes como ‘educação’ e ‘reciclagem’, é totalmente inaceitável. Na verdade, como se sabe, na actualidade, a mão-de-obra, incluindo a dita mais especializada, torna-se rapidamente obsoleta e ultrapassada, conduzindo ao desemprego estrutural. Assim, a reciclagem mais não é do que a aquisição de técnicas por meio de processos de habilitação e formação que visam basicamente alcançar as finalidades das empresas. É assim que muitas empresas/organizações possuem escolas ou centros de formação e reciclagem dos seus empregados, ou fazem acordos com outras empresas destinadas exclusivamente a esse tipo de actividade. Porém, reciclagem não é ‘educação permanente’ uma vez que ‘educação’ significa um movimento de transformação interna daquele que passa de um suposto saber básico ao saber propriamente dito. Sendo a educação uma acção inseparável da formação, ela é sempre permanente por essa mesma razão, e não por qualquer outra com o pretexto de que está a servir a finalidade do mercado de trabalho e das empresas.

As ciências sociais são, de entre todas as ciências, as que, pelo seu sentido crítico, de dúvida e de curiosidade que as impele para a procura de novas maneiras de buscar o conhecimento e procurar entendê-lo, melhor podem inverter esta tendência que pode levar a universidade à perda da sua expressão social e política, como verdadeira instituição social. Pela sua natureza francamente inovadora, pela vastidão das perspectivas subjacentes e pela própria novidade das propostas avançadas, qualquer reestruturação ou reforma curricular a efectuar nas ciências sociais exige que se dê atenção especial, de modo a detectar, em permanência, às dificuldades sempre possíveis nas tensões normais decorrentes, para estudo, análise e modificação dos agentes causais, com vista a ser atingido o tipo de ensino desejado. A par disso, as atenções devem dirigir-se também para novos problemas e novas questões que vão surgindo, uns e outras, “fundamentadas numa prática que pode vir a revelar-se fecunda”. Deste modo se estruturará um ensino qual processo de intervenção planeada e sistemática, flexível às reformulações necessárias e objectivamente virado para a realidade social moçambicana.

O pior que pode acontecer à ‘universidade instituição social’ é ela perder a sua relação, melhor, a sua inter-relação com a sociedade, a realidade social envolvente. Mas é o que pode acontecer a uma universidade que se torne num instrumento reprodutor de sistemas inadequados, sem criatividade, de práticas pedagógicas discutíveis e de conteúdos rígidos e muitas vezes desajustados da realidade.

Estas são, quanto a mim, as principais ameaças à universidade, que podem vir a transformá-la, a breve prazo, de ‘instituição social’ numa ‘organização social’ que nada fica a dever a uma qualquer empresa do ramo económico. Justifica-se que se coloque já aqui uma questão muito concreta, relativamente à qual não tenho a pretensão de ter respostas absolutas. Pode-se dizer que a instituição universidade entrou em ruptura social? É comum aos nossos principais dirigentes políticos e universitários o apelo a que a juventude deva conhecer melhor a nossa realidade para sobre ela se poder agir correctamente. Na verdade, e a história recente do nosso país mostra-nos isso, sem conhecermos a nossa realidade é incerta ou desconexa a nossa acção, podendo conduzir a resultados contrários aos que desejamos.

Segundo um antropólogo cabo-verdiano, a propósito do ensino das ciências sociais no seu país, “ligar o ensino à vida e ao trabalho, elevar o nível cultural das populações, possibilitar a formação de quadros tecnicamente capazes e devotados à causa nacional”, são requisitos imprescindíveis para a construção de uma sociedade melhor estruturada e confiante no futuro” (Lopes Filho 1986). No processo de transformações iniciado com a Independência, não se pode perder de vista que o nosso país tem ainda de atacar frontalmente um conjunto de aspectos sociais resultantes das mudanças impostas pelo desenvolvimento, nos quais as ciências sociais podem dar importante contributo para a realização das

grandes tarefas com que deparamos, nomeadamente em sectores como a saúde, a educação, a preservação cultural, a economia, as assimetrias regionais, os movimentos sociais, as doenças endémicas, o combate à pobreza, etc. São as ciências sociais que podem proporcionar aos estudantes um conjunto de atitudes e hábitos constitutivos de um apetrechamento motor e cultural de base susceptível de conduzir ao progresso social. Elas são decisivas desde que os seus agentes intervenham no estudo de situações concretas, tentando superar as dificuldades e pondo de parte o teorismo abstracto (Lopes Filho 1986).

A questão é que a vocação moderna das ciências sociais é a formação virada para a interdisciplinaridade ou até mesmo para a transdisciplinaridade. Logo se pode inferir que é a análise a partir das ciências sociais que se constitui como a ponte lançada entre o espaço e o tempo, entre o natural e o humano, entre a história do mundo, da vida e do homem, numa interdisciplinaridade geradora da reflexão que dilata o espírito e ajuda a formação do carácter. Para a prossecução desse objectivo, todos os estudos elaborados na perspectiva da interdisciplinaridade conduzirão a uma metódica compreensão do *homo moçambicanus* e do seu sistema de relações e de valores, em suma, da sua cultura. De igual modo, há que criar ferramentas teóricas, aplicá-las e confrontá-las no terreno, forma de estimular a ligação entre teoria e prática. A institucionalização e organização da pesquisa e do ensino deverá reflectir duas importantes orientações básicas – conhecer para analisar e conhecer para melhorar. Nesta óptica, a cooperação entre instituições será fundamental na defesa do património cultural da sociedade.

Fernando Ganhão, o primeiro reitor desta universidade, ele próprio um cientista social, afirmava que nós “moçambicanos, acreditamos que a nossa tarefa, enquanto cientistas e investigadores consiste em compreender as formas que nos permitam alterar as condições sociais”. Ganhão, desafecto das ortodoxias, colocava questões que eram verdadeiras pistas de pesquisa que deviam ocupar e preocupar os cientistas sociais, independentemente dos rótulos que se lhes atribuíam: como deve o cientista social situar-se no seu trabalho de investigação, no seu papel de formador? Qual o papel do antropólogo, do historiador e do sociólogo? (Ganhão 1983:5-17) De igual modo nos habituou a pensar e a reflectir outra insigne figura das nossas ainda incipientes ciências sociais: Aquino de Bragança, que hoje aqui se homenageia.

Para todos nós, marcados na luta pela dignidade de moçambicanos, a referência maior será porventura Eduardo Mondlane. Nele se concentrou o essencial da ciência social global, visto a sua formação ser uma amálgama de distintas ciências sociais, desde a antropologia, de que era ‘mestre’, à sociologia, à história e à geografia humana. O seu exemplo é notável pela sua formação e o cunho de transformação que imprimiu enquanto cientista social, pelo seu papel na luta como intelectual empenhado e também, mais uma vez recorrendo a

Fernando Ganhão que o conheceu bem, “pela sua experiência de concepção teórica a partir da prática”.<sup>2</sup>

Aos cientistas sociais não deve incomodar o rótulo com que muitas vezes são mimados. O importante é não se desviarem minimamente dos objectivos a que se propõem: assumir a condição de cidadãos e de actores responsáveis. Isso mesmo nos transmite Elikia M'Bokolo, cientista social, historiador, intelectual comprometido com o seu país e o seu povo, apesar de se considerar um exilado vitalício, discípulo dos mestres da Escola dos *Annales*, ao afirmar que o “papel do historiador [cientista social] é contribuir para fazer avançar um país”. As ciências sociais são, na verdade, um instrumento de conhecimento e de intervenção no processo sociocultural. No ensino, elas devem ter por objectivo o conhecimento da sociedade na sua dimensão global (social, cultural, política), procurando inculcar e criar no espírito dos estudantes a capacidade de intervenção científica, a aquisição de conhecimentos, através de métodos funcionais, e a criatividade.

Nas condições actuais do ensino no nosso país, é preciso tempo para preparar os estudantes para uma educação superior e para ensinar com métodos científicos, para criar as bases para uma prática de investigação, em suma, para estudar a realidade social complexa e em mudança no nosso país. Para isso, o ensino das ciências sociais pode contribuir para encorajar o desenvolvimento de perspectivas multidisciplinares e transversais, para incentivar os jovens a adquirirem uma perspectiva menos tradicional da ciência, desenvolvendo uma ideia mais concreta das relações entre ciência, tecnologia e sociedade em geral, e a familiarizarem-se com os desafios que se colocam à escala regional ou planetária, com questões como o desequilíbrio Norte-Sul ou as relações Sul-Sul. O verdadeiro desafio reside na possibilidade de inserir a ciência nos seus contextos histórico, filosófico e cultural. Por esta via se pode restabelecer a tão desejada e sempre difícil articulação entre ciências sociais e ciências exactas e tecnológicas.

Tomando em conta a importância das mudanças necessárias a introduzir na universidade pela perspectiva da formação e da democratização, gostaria, em jeito de considerações finais, de assinalar algumas ideias que devem condicionar essas mudanças. Em primeiro lugar, numa perspectiva mais consentânea com a noção de ‘universidade instituição social’, especialmente a universidade pública, é necessário que o Estado não tome a educação pelo prisma da despesa pública e sim como um investimento social e político, até porque a educação, e no caso concreto a educação superior, é, regra geral, um direito consagrado constitucionalmente, e não um privilégio, muito menos um serviço. Pela aplicação dos dinheiros públicos aos direitos sociais se pode medir tanto a democratização do Estado como a democratização da própria instituição universitária.

É também importante que se tenha uma ideia muito clara do que estamos a falar quando nos referimos a ‘formação’. Na verdade, pode-se dizer que há

formação quando o trabalho que fazemos exige de nós a interrogação, a reflexão e a crítica, de tal modo que sejamos capazes de elevar ao plano do conceito aquilo que foi tomado como questão, problema ou dificuldade. A criação desenfreada de critérios questionáveis e de estabelecimentos de ensino superior (públicos ou privados) não favorece uma formação de elevada qualidade científica e pedagógica, antes contribuindo para provocar a queda do nível do ensino superior em geral, desprestigiando desse modo a instituição universidade vista na sua globalidade. Não está aqui em causa, já o disse anteriormente, a importância da constituição de instituições de ensino superior; a dimensão do país justifica-o, como também a crescente procura de formação de nível superior. O que se deve contestar é a proliferação de instituições (em 10 anos mais do que triplicou o número de instituições de ensino superior de duvidosas condições de funcionamento e baixa qualidade educacional). A liberalização do ensino superior não deve desresponsabilizar o Estado da sua função reguladora e de fiscalização. Na actualidade existem instituições de ensino superior com baixos níveis de eficiência organizacional e níveis de ensino de muito baixa qualidade, a 'produzir' pessoas mal preparadas que o mercado começa a rejeitar. A expressão 'dumbanenguização' do ensino superior entrou já no vocabulário popular, traduzindo desse modo a descredibilização das instituições que ministram cursos de duvidosa utilidade, com docentes mal preparados e de sistemas de avaliação pouco exigentes. Com a redução dos cursos e programas de formação, já em aplicação em algumas instituições, a situação só poderá agravar-se.

Aos intelectuais, sobretudo aos intelectuais universitários, pede-se que se afirmem claramente contra qualquer tipo de exclusão. É absolutamente imperioso que se reforce a universidade 'instituição social', tanto através da ampliação da sua capacidade de absorver o maior número de jovens, sobretudo das camadas de condições económicas mais baixas, como através da recusa da privatização dos conhecimentos. Todavia, ampliar a capacidade de absorção significa também democratizar a educação superior, que não deve ser confundida com 'massificação'. É necessário desfazer esta confusão entre 'democratização' e 'massificação', o que passa, naturalmente, por medidas que procurem articular o ensino superior com os outros níveis de ensino (médio e profissional), indispensáveis para a democratização e elevação do ensino instituição universitária. 'Massificação' e qualidade são geralmente incompatíveis, ainda que em determinadas circunstâncias se possam articular quando criadas as condições de partida que garantam qualidade do ensino e da investigação, a saber o apetrechamento em infra-estruturas como laboratórios, bibliotecas e até mesmo instalações apropriadas a instituições de ensino superior.

Quanto ao ensino em si, é fundamental que se proceda à reforma das grelhas curriculares actuais e dos conteúdos, articulando com a introdução de facto de um sistema de créditos ajustado. Só assim se poderá falar de reforma curricular



ou do ensino universitário, evitando-se cair novamente na excessiva escolarização da universidade, num ensino não centrado no estudante, retirando aos estudantes a possibilidade de auto-aprendizagem e as condições para a leitura e a pesquisa, importantes para a sua verdadeira formação e reflexão. A situação actual só contribui para provocar a fragmentação e dispersão dos cursos e estimular a superficialidade. Assim, dependendo da área científica, as disciplinas devem estar organizadas de modo a permitir que os estudantes aprofundem um determinado aspecto do conhecimento. É essencial que se assegure espaço para a implantação de novas disciplinas exigidas por mudanças filosóficas, científicas e sociais.

Além disso, é fundamental uma organização dos cursos que facilite a mobilidade dentro de cada instituição, e também entre instituições, construindo o estudante livremente um currículo de disciplinas optativas que se articulem com as obrigatórias do núcleo central dos seus estudos. A instituição universitária compete proporcionar a universalidade dos conhecimentos, com programas cujas disciplinas tenham o mesmo conteúdo no que se refere aos clássicos de cada uma delas, medida de elementar justiça já que assegura que os estudantes conheçam as questões e problemas principais da sua área, além, naturalmente, de um conhecimento das pesquisas existentes no país e no mundo sobre os assuntos mais relevantes da sua área científica.

Uma outra medida de alcance considerável passa pela revalorização da docência, que está a ser desprestigiada e negligenciada com a chamada 'avaliação da produtividade', ou seja, uma avaliação exclusivamente quantitativa. Essa revalorização implica: i) formar verdadeiramente docentes, assegurando, por um lado, que tenham conhecimentos profundos da sua área científica e dos principais problemas nela discutidos ao longo da sua história; ii) oferecer condições de trabalho compatíveis com a formação universitária (bibliotecas, laboratórios equipados, preparação de aulas e atendimento de estudantes, etc.); iii) realizar concursos públicos constantes ou mecanismos internos de selecção rigorosa de docentes para assegurar uma formação de qualidade; iv) garantir condições salariais dignas que permitam aos docentes trabalharem em regime de tempo integral, dedicando-se exclusivamente à docência e à investigação; de forma a v) criar condições materiais aos novos docentes que permitam a realização, em tempo útil, da sua formação e actualização de conhecimentos e técnicas pedagógicas; vi) incentivar o intercâmbio entre universidades (nacionais e estrangeiras), de maneira a permitir a formação mais completa dos docentes, bem como a familiarizá-los com as diferenças e especificidades nacionais e regionais, e ainda com as grandes linhas do trabalho universitário internacional. Só desta forma se combaterá eficazmente o fenómeno que entre nós já é conhecido pelo contingente dos *turbo-docentes*, que ensinam tudo e coisa nenhuma em várias instituições ao mesmo tempo.

A revalorização da pesquisa/investigação é outra medida de maior atenção aos intelectuais universitários, estabelecendo não só as condições de autonomia e as condições materiais da sua realização mas também exigindo a realização de mestrados e doutoramentos feitos com o tempo necessário, o rigor formativo e a qualidade científica. É ainda preciso criar novos procedimentos de avaliação que não sejam regidos pelas noções de produtividade e de eficácia, mas sim por critérios de qualidade e de relevância social e cultural. A mobilidade tanto de estudantes como de docentes possibilita não só o conhecimento de outras experiências como a abertura de pensamento e alargamento dos horizontes culturais.

É essencial a existência de intelectuais universitários em todas as áreas do saber, que adotem uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre conceitos como a 'sociedade do conhecimento' e a 'educação permanente', tidas como ideias novas e directrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização. A universidade deve ser tomada do ponto de vista da sua autonomia e da sua expressão social e política, recusando-se a andar a reboque de falsas ideias de modernização que, como também todos sabemos, significa, na maior parte das vezes, submeter-se a modelos, critérios, interesses e agendas políticas ou económicas que servem mais os poderes constituídos do que os direitos dos cidadãos. Por isso, os intelectuais universitários devem pugnar pela tão propalada autonomia universitária, que deve assentar sobretudo em critérios como o direito e o poder de a universidade definir as suas normas de formação, docência e pesquisa, sempre subordinada, obviamente, ao funcionamento transparente das decisões universitárias, à elaboração de relatórios públicos sobre as actividades desenvolvidas e à avaliação regular por entidades independentes.

Finalmente, resta dizer que as ciências sociais podem ser, de entre todas as ciências, as que, pelo seu sentido crítico, de dúvida e de curiosidade que as impele para a procura de novas maneiras de buscar o conhecimento e procurar entendê-lo, melhor contribuam para inverter esta tendência que está a levar a universidade à perda da sua expressão social e política. Só desta forma a universidade pode reforçar a sua autonomia, podendo, assim, desempenhar, com toda a plenitude, a sua missão de verdadeira 'instituição social', e contribuir para se repensar científica e culturalmente, em contínua renovação.

## Notas

1. Para uma clarificação mais corrente, entre académicos, dos conceitos 'instituição social' e 'organização social', recorri ao conceituado sociólogo e especialista de questões universitárias Michel Freitag, 1996.
2. Ganhão 1983. Sobre estas questões é imperativo visitar Mondlane, 1977.

### Referências

- Chauí, Marilena, 2003, 'A universidade pública sob nova perspectiva', *Revista Brasileira de Educação*, Setembro-Dezembro.
- Freitag, Michel, 1996, *Le Naufrage de l'Université*, Paris: Éditions de La Découverte.
- Ganhão, Fernando, 1983, 'Problemas e prioridades na formação em ciências sociais', *Estudos Moçambicanos*, 4.
- Lopes Filho, João, 1986, 'O Ensino das Ciências Sociais', *África* (Lisboa), 22 de Janeiro.
- Matos, Narciso, 2008, *Domingo* (Maputo), 2 de Novembro.
- Matos, Narciso, 2009, *Notícias* (Maputo), 15 de Setembro.
- Mondlane, Eduardo, 1977, *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Sá da Costa.
- Mosca, João, 'Massificação/qualidade e dispersão/concentração', *Savana* (Maputo), 17 de Outubro.

